



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

124
100.

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n. 309.110-3

Embargante: Banco GMAC S/A

Embargado: Anderson Cleyton Pereira da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Processual Civil - Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento - Intuito de rediscutir a matéria - Conduta vedada em sede de embargos de declaração - Embargos rejeitados

1. Os embargos de declaração não são meio idôneo para rediscutir a matéria já apreciada na decisão. Precedentes do STJ.
2. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n. 309.110-3, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em REJEITAR os aclaratórios, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que integram este julgado.

Recife,

27.1.14
S. L.

Eduardo Sertório Canto

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n. 309.110-3

Embargante: Banco GMAC S/A

Embargado: Anderson Cleyton Pereira da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração contra acórdão à fl. 103. Adoto o relatório constante do voto por mim proferido:

Ação (fls. 14//16): **Banco GMAC S/A** propôs Ação de Busca e Apreensão contra **Anderson Cleyton Pereira da Silva**, em virtude de suposto inadimplemento de parcelas relativas a um veículo, objeto de alienação fiduciária.

1ª Decisão Interlocutória (fls. 43/44): o juiz da 32ª Vara Cível de Recife concedeu a liminar, determinando a expedição do mandado de busca e apreensão.

Petição de Anderson (fl. 47): afirmou ter firmado acordo com o Banco, resultando na quitação total do débito, conforme documento à fl. 48.

Petição do Banco GMAC (fls. 59/60): a instituição negou a existência de acordo (fls. 59/60). Porém, requereu expedição de ofícios ao Banco Santander e ao Banco do Brasil, de forma a averiguar quem teria sido o beneficiário do boleto de pagamento juntado por Anderson (fl. 48).

2ª Decisão interlocutória (fl. 55): o magistrado determinou o prosseguimento do feito, de forma a oficiar a Cemando para cumprimento do mandado de busca e apreensão. Por fim, indeferiu o pedido de expedição de ofícios aos Bancos, justificando que tal providência poderia ser tomada pelo próprio Banco GMAC, autor da ação.

Agravo de Instrumento (fls. 02/10): Anderson agravou da 2ª decisão interlocutória.

Sem preliminares. No mérito, requereu a reforma da decisão, com o consequente recolhimento do mandado de busca e apreensão e expedição dos ofícios ao Santander e ao Banco do Brasil. Fez pedido de efeito suspensivo ao recurso. Em síntese, alegou:

(a) Ser nula a decisão agravada, por ausência de fundamentação;

(b) Não terem sido respeitadas as regras da inversão do ônus da prova e da facilitação da defesa do consumidor e

(c) Não ter o Banco provado a inexistência do acordo.

Decisão interlocutória (fl. 82): Esta Relatoria **concedeu a liminar**, suspendendo o procedimento de busca e apreensão, com a consequente devolução do mandado e devolução do veículo, caso tenha sido apreendido.

Contrarrazões ao agravo (fls. 88/92): **Preliminarmente**, requereu a declaração de inadmissibilidade do recurso, por ausência de petição juntada no processo originário, comunicando a interposição do agravo. **No mérito**, requereu o não provimento do recurso. Em síntese, alega:

- (a) Ter o Banco juntado documentos provando o não recebimento do valor referente ao aludido acordo;
- (b) Estar ausente o código de barras no boleto referente ao acordo;
- (c) Não ter o Banco firmado o acordo, sem qualquer identificação do valor referente a este.

E acrescento:

Acórdão (fl. 103): A 3ª Câmara Cível, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento, determinando a suspensão do procedimento de busca e apreensão.

Embargos de Declaração do Banco GMAC S/A (fls. 110/113): Acusa omissão no acórdão embargado. Em síntese, alega:

- (a) Ter Anderson deixado de cumprir com as obrigações assumidas, devendo as parcelas de nº 09/60 a 16/60;
- (b) Não ter o Banco recebido o valor pago decorrente de acordo, inclusive porque não possui vínculo com o Banco Santander, o qual supostamente teria emitido o boleto referente ao pagamento do valor acordado.

É o essencial a relatar. Feito fora de pauta.

Recife,


Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

123
106

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n. 309.110-3

Embargante: Banco GMAC S/A

Embargado: Anderson Cleyton Pereira da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Não se vislumbra omissão no acórdão embargado. Todas as argumentações ventiladas no recurso visam à rediscussão da matéria, conduta vedada em sede de aclaratórios. A jurisprudência é pacífica neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REDISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - NÃO-OCORRÊNCIA - RECURSO PROTETATÓRIO - LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ - APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. **Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir os fundamentos da decisão embargada.**

3. Situação fática que demonstra resistência injustificada ao andamento do processo, caracterizando a litigância de má-fé, que justifica a aplicação de multa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 273.257/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 18/12/2013) (original sem destaques)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. VERIFICAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. **Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.**

2. Não se mostra possível, em sede de recurso especial, a verificação da efetiva ocorrência da capitalização mensal dos juros, porquanto tal providência demandaria a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Incidência das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

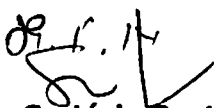
(AgRg no REsp 1003390/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 19/12/2013) (original sem destaques)

Diante de tais considerações, resta evidente não ter havido omissão no acórdão embargado.

Face ao exposto, voto no sentido de **rejeitar** os presentes embargos de declaração, mantendo-se o acórdão embargado em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,



Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator